

Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2019.165232>

Letícia Cesarino

🏠 *Universidade Federal de Santa Catarina | Florianópolis, SC, Brasil*

✉ *leticia.cesarino@gmail.com*

ORCID

<https://orcid.org/0000-0001-7360-0320>

RESUMO

Este artigo aborda a profunda reorganização do campo político-identitário no Brasil, que vinha sendo avançada gradualmente através de redes sociais, mas que ganhou força e projeção repentinas com a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018. Partindo de uma perspectiva cibernética inspirada em Gregory Bateson, explora alguns dos dilemas emergentes que a digitalização da política tem colocado para a dupla problemática da identidade e representação na antropologia, a partir de três ângulos: representação populista e formação do “corpo digital do rei”; bivalência reconhecimento-redistribuição; e formação fractal de identidades por meio de mídias digitais.

PALAVRAS-CHAVE

Cibernética, populismo, identidade, representação, bolsonarismo

Fractal Identity and Representation in Bolsonaroism: the King's Digital Body, Conservantism-Neoliberalism Bivalence, and Fractal Personhood

ABSTRACT

This article approaches a fundamental reorganization of Brazil's political and identitary field, which had been gradually advanced through social media before erupting in the public sphere with the election of Jair Bolsonaro in October 2018. Based on a cybernetic perspective inspired by Gregory Bateson, it delves into some of the emerging dilemmas that the digitalization of politics puts to the double problem of identity and representation in anthropology, from three angles: populist representation and the "king's digital body"; recognition-redistribution bivalence; and fractal identity-building through digital media.

KEYWORDS

Cybernetics, Populism, Identity, Representation, Bolsonaroism

Em meados de junho de 2019, ao comentar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) estendendo à homofobia o escopo da lei antirracismo, o presidente Jair Bolsonaro lamentou: "a decisão do Supremo é completamente equivocada. Além de estar legislando, está aprofundando a luta de classes" (Vilela, 2019). Para ouvidos acadêmicos e de boa parte do senso comum politicamente educado, tal declaração soou no mínimo curiosa, senão patentemente bizarra. Afinal, aquilo que tradicionalmente conhecemos como luta de classes tem sido pensada como se desenrolando em um domínio separado das chamadas políticas da identidade, para não dizer em contradição com elas. Para usar a terminologia popularizada por Nancy Fraser (1997) que tem norteadado boa parte desse debate desde os anos noventa, o presidente utilizou uma noção do campo da redistribuição para falar de conflitos do campo do reconhecimento.

Parto aqui da hipótese de que essa aparente confusão é apenas um dos efeitos mais evidentes de uma profunda reorganização do campo político-identitário no Brasil. Esse rearranjo, que já vinha sendo gestado gradual e discretamente por meio de mídias sociais e outros fóruns na internet, ganhou força e projeção repentinas na esfera pública com a vitória meteórica de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018. Esse processo emergente coloca questões fundamentais para a política no Brasil como um todo, mas também para a antropologia enquanto uma das disciplinas que mais tem se debruçado sobre questões de identidade, representação e processos de formação de grupo. Aqui, explorarei alguns dos dilemas que a digitalização da política, tão determinante para a ascensão do bolsonarismo, tem colocado para esse campo de problemas clássico.

Em particular, destacarei o potencial explicativo daquilo que chamei, com base em Gregory Bateson (1972), de perspectiva cibernética (Cesarino, no prelo

a). Recentemente, venho explorando as ressonâncias entre esse plano explicativo e outras linhas na antropologia nem sempre associadas a ele: de modo mais evidente, o estruturalismo lévi-straussiano, mas também vertentes estrutural-funcionalistas em Evans-Pritchard, Mary Douglas, Victor Turner e Fredrick Barth, e mesmo culturalistas como Edward Sapir e Ruth Benedict. Ao trazer noções de alguns desses autores em pontos estratégicos da presente análise, busco chamar atenção para o potencial da antropologia de oferecer um instrumental teórico e comparativo produtivo para repensar de modo criativo como compreender processos emergentes marcantes da nossa época, como os neopopulismos, a pós-verdade, o neoliberalismo e a universalização das mídias digitais (Cesarino, 2019a, 2019b, no prelo a, no prelo b).

No que segue, abordarei especificamente a dupla problemática da representação e identidade no bolsonarismo, a partir de três ângulos. A primeira seção trata da representação política do tipo populista em sua modalidade digital: a formação e reprodução do que eu venho chamando de corpo digital do rei (Cesarino, 2019a, 2019b). A seguir, exponho o modo como a bivalência redistribuição-reconhecimento, encapsulada no slogan da nova direita “conservador nos costumes, liberal na economia”, foi mobilizada na memética da campanha circulada na esfera digital bolsonarista. Concluo destacando como uma concepção fractal de identidade e representação política poderia nos ajudar a compreender a eficácia da estratégia de mobilização que chamei de populismo digital (Cesarino, 2019a, 2019b).

REPRESENTAÇÃO POPULISTA E O CORPO DIGITAL DO REI

Em textos anteriores (Cesarino, 2019a, 2019b), descrevi em detalhe os padrões discursivos da campanha digital de Bolsonaro à presidência em 2018, com base no mecanismo populista tal qual descrito por Ernesto Laclau (2005). Essa análise se baseou em pesquisa online ancorada em grandes grupos pró-Bolsonaro formados no aplicativo WhatsApp para a campanha eleitoral de 2018, eventualmente extrapolando-a para outras plataformas às quais esse conteúdo se referia (como YouTube, Facebook, e sites de “mídia independente” da nova direita)¹. As correspondências entre teoria e material empírico foram tão estreitas e ubíquas que não pude chegar a outra conclusão senão de que a construção desse conteúdo havia sido originalmente orientada por de algum tipo de “ciência do populismo” (Cesarino, 2019a, 2019b). Inicialmente, associei essa possibilidade ao apoio oferecido à campanha de Jair Bolsonaro por Steve Bannon, ex-estrategista da campanha Trump e um notório estudioso e entusiasta do populismo. Com efeito, os principais eixos metalinguísticos a comporem os padrões da memética bolsonarista durante a campanha refletiram com precisão cirúrgica o que Laclau

1 A primeira etapa deste projeto não incluiu de forma sistemática a recepção pelos usuários, exceto por evidências anedóticas derivadas do acesso ao conteúdo recebido pelo WhatsApp por uma informante privilegiada, parte das relações pessoais da autora, que foi convencida ao voto em Bolsonaro por mensagens recebidas a partir da sua rede de contatos pessoais no aplicativo (Cesarino, 2019a, 2019b).

(2005) chamou, inspirado na linguística saussurreana, de eixo da diferença (que traça uma divisão antagonística entre amigo e inimigo) e eixo da equivalência (que traça uma contiguidade entre líder e “povo”) (Cesarino, 2019b).

Identifiquei, ainda, outras três funções discursivas igualmente importantes que, ainda que compatíveis com a teoria de Laclau, podem decorrer de outros campos de produção do conhecimento sobre psicologia de massas, como estratégia militar e marketing (Kalil et al., 2018; Leiner e Domenici, 2019). São estas: mobilização permanente através de conteúdos alarmistas e conspiratórios; espelho invertido do inimigo e devolução de acusações; e criação de um canal direto e exclusivo de comunicação entre a liderança e seu público através da deslegitimação de instâncias de produção de conhecimento autorizado na esfera pública (notadamente, a academia e a imprensa profissional). Dentro da minha experiência de pesquisa, essas cinco funções foram suficientes para praticamente esgotar o universo massivo de conteúdo digital – memes, vídeos, áudios, textos – que circulou amplamente durante e após a campanha eleitoral no aplicativo WhatsApp (Cesarino, 2019b).

O que entendo por populismo digital não é, contudo, um simples incremento digital de um mecanismo clássico de produção de hegemonia, descrito por Laclau (2005) para casos anteriores ao advento da internet (Cesarino, 2008). Como outros também vêm notando (Maly, 2018), há aqui elementos novos, que podem ser atribuídos às *affordances* (Gibson, 1986) próprias a mediações do tipo digital. Um destes diz respeito ao que chamei, com base no argumento de Kantorowicz (1998), de corpo digital do rei (Cesarino, 2019a, 2019b). Eu trouxe essa imagem clássica da teologia política medieval, onde ao corpo físico do rei sobrepunha-se o corpo glorioso, divino, para destacar como, após o atentado a faca que retirou Jair Bolsonaro da esfera pública, seu corpo debilitado foi substituído por um corpo digital formado por seus apoiadores, que passaram a fazer campanha no seu lugar – o que ficou conhecido na época como os autointitulados “marqueteiros do Jair” (um significante que flutuou também enquanto “fiscais do Jair”, “escudo do Jair”, “exército do Jair”, ou “robôs do Bolsonaro”). Se, como notou Mazzarella (2019: 52), o populismo se alimenta da “plenitude radical do corpo do líder no qual as pessoas podem encontrar uma imagem palpável da sua própria substância”², a remoção do corpo físico do candidato do espaço público após o atentado levou à sua rápida substituição por um corpo digital formado por seus apoiadores. A eficácia eleitoral foi clara: imediatamente após a facada, o candidato saiu com grande fôlego da marca dos 20% em que vinha se mantendo até então, para a partir daí chegar progressivamente aos 56 milhões de votos que lhe garantiriam a vitória.

Como estudiosos do populismo vem há tempos argumentando, contextos de crise e desordem são pré-requisitos essenciais para que uma irrupção po-

² Tradução livre do original: “radical fullness of the body of a leader in which the people may find a palpable image of their own substance”.

pulista seja bem-sucedida (Laclau, 2005). Isso porque a liderança carismática ascende, supostamente a partir de fora do *establishment*, como aquele que reivindica a pureza necessária para reintroduzir a ordem em um sistema irreversivelmente corrompido. Não resta muita dúvida de que os anos que precederam as eleições de 2018, desde as Jornadas de 2013, passando pela ascensão da Lava Jato e o movimento anti-corrupção e pró-impeachment, conformam um contexto desse tipo – ainda que, como sugeri anteriormente (Cesarino, 2019b, no prelo a), tenha havido também a produção de uma atmosfera de caos (principalmente moral) por mídias diversas, notadamente o próprio WhatsApp.

Segundo o argumento clássico de Coronil e Skurski (1991) sobre a Venezuela, nesses momentos de crise a violência exerce um papel de

simultaneamente desordenar e reordenar compreensões e arranjos bem estabelecidos... A violência força os limites do que é permissível, abrindo espaços onde significados e práticas costumeiros e inesperados são articulados de forma inédita, iluminando paisagens históricas escondidas em um “flash”... A territorialidade das nações e a corporalidade das pessoas tornam-se meios privilegiados para reorganizar o corpo político... Biografia individual e história coletiva parecem se unir momentaneamente, e história e corpo tornam-se o terreno um do outro (Coronil e Skurski, 1991: 289-290)³.

Essa extraordinária passagem – condizente com discussões antropológicas clássicas sobre a centralidade da ação sobre os corpos em situações liminares (Turner, 1974; Douglas, 2002) – acrescenta um elemento crucial ao meu argumento anterior (Cesarino, 2019a, 2019b) de que o mecanismo do populismo digital não colocou em relação líder e povo enquanto sujeitos políticos preexistentes, mas os (re)constituiu enquanto tais: num sentido bastante concreto, o líder Bolsonaro *era* esse corpo digital, e não existiria sem ele. O atentado a faca consumou o processo em que corpo do líder e corpo político – relação de equivalência amplamente ancorada na simbologia da nação brasileira – tornaram-se metáforas um do outro: o corpo (Bolsonaro, o Brasil) foi ferido e está sob ameaça; é preciso união e pronta ação para defendê-lo do inimigo comum (a corrupção, a esquerda, etc.). A insistência, amplamente observada na memética da campanha digital, em contrapor o ataque sofrido por Jair Bolsonaro ao assassinato de Marielle Franco ocorrido meses antes sublinha a centralidade da luta política travada no território dos corpos daqueles que operam como símbolos agregadores de identidades políticas emergentes em disputa.

No caso em tela, esse notável efeito de consubstancialização entre corpo do líder e corpo de seguidores emanou, em larga medida, de *affordances* próprias das mídias sociais que propiciaram o que chamei de fractalização do mecanis-

3 Tradução livre do original: “... simultaneously dis-orders and re-orders established understandings and arrangements Violence pushes the limits of the permissible, opening up spaces where customary and unexpected meanings and practices are brought together in unprecedented ways, illuminating hidden historical landscapes in a flash... the territoriality of nations and the corporeality of people become privileged mediums for reorganizing the body politic ... Individual biography and collective history seem momentarily united, as history and the body become each other's terrains”.

mo populista: ou seja, sua proliferação por múltiplas escalas – no caso, a escala mais capilar dos próprios usuários – praticamente sem alteração estrutural (Cesarino, 2019b, no prelo a). Como mostraram reportagens investigativas e monitoramentos quantitativos do WhatsApp, Twitter e Facebook realizados na época, os padrões discursivos estruturantes da memética favorável ao candidato foram impulsionados por perfis e celulares que supostamente não faziam parte da sua campanha oficial (Santos et al., 2019). Mas não obstante esse impulsionamento – que foi regular durante a campanha, com novos conteúdos sendo disparados para responder a polêmicas e fatos que iam surgindo –, sua eficácia derivou da sua replicação espontânea pelos usuários comuns, via contágio.

O fluxo intensivo e constante de conteúdos alarmistas e conspiratórios, especialmente via WhatsApp e YouTube, garantiu que o corpo digital do rei mantivesse sua integridade durante toda a campanha, inabalável diante das ameaças que vinham do exterior, como a imprensa e os adversários políticos. Em outras palavras, logrou-se construir e estabilizar uma estrutura de redução de complexidade (que entendo como um “sistema”, no sentido próximo ao que Luhmann [1995] empresta ao termo) capaz de reduzir praticamente tudo o que vinha do entorno aos seus próprios termos. Assim, agentes desestabilizadores, reais ou potenciais, foram continuamente reduzidos à função estrutural do inimigo (“esquerda”, “socialismo”) por meio de um aparato cismogênico (Bateson, 1972) extremamente sofisticado e eficaz (Cesarino, 2019b, no prelo a).

A potência fractalizadora observada no caso brasileiro diz respeito, ainda, à extraordinária capilaridade propiciada pela universalização recente dos *smartphones*, e particularmente do aplicativo WhatsApp no país – nenhum dos quais estava extensivamente disponível para todos os segmentos populacionais na eleição presidencial anterior (Cesarino, 2019b). As mídias digitais propiciam, de modo sem precedentes, aquilo que Mazzarella (2019) e outros consideram como o cerne do populismo: um tipo de mediação que produz o efeito paradoxal de ausência de mediação (no caso, entre líder e povo). Na pesquisa online que venho realizando, esse efeito é claro na expectativa, comum entre apoiadores do atual presidente, de que seja possível acessá-lo diretamente: com sorte, uma mensagem sua no WhatsApp ou Twitter pode viralizar a ponto de chegar no smartphone do próprio Jair. “Compartilhe até chegar no presidente” (ou em algum de seus filhos, ministros ou políticos do seu partido) é um gatilho comum nas redes bolsonaristas. O presidente toma o cuidado de alimentar regularmente essa expectativa, por exemplo, ao tuitar que tal ou qual medida (por exemplo, a redução do imposto de importação de videogames) foi tomada após ouvir pessoalmente pedidos de eleitores feitos em suas redes sociais.

Finalmente, cabe notar que a potência do corpo digital do rei deriva também do plano extremamente “elementar” no qual opera a política populista.

Utilizo propositalmente um termo familiar à antropologia desde Durkheim e Mauss para indicar o plano psicanalítico-afetivo destacado por Laclau (2005), para quem a mecânica de formação da identidade de povo no plano coletivo (o que ele chama de populismo) replica a mecânica lacaniana de formação da subjetividade no plano individual⁴. Ao reinserir a política no plano dos afetos, Laclau (2005) e Mouffe (2000) retomam e renovam o debate sobre multidões e psicologia de massas que esteve em voga na virada do século vinte, porém havia sido interrompido por uma hegemonia da teoria política liberal de base individualista e racionalista (Mouffe, 2000).

Além de problematizar o divisor emoções-racionalidade, o notável fenômeno da fractalização do populismo digital nos leva, ainda, a repensar um divisor moderno que tem sido menos discutido na antropologia: aquele que opõe liberdade a controle, espontaneidade a manipulação. Argumentei que, no caso do populismo digital, o contágio ocorre no plano do que Bateson chamou de deuterio-aprendizado (Cesarino, 2019a, no prelo a) e que, por isso, não precisa ser necessariamente consciente enquanto tal para os próprios atores. Nenhum dos apoiadores de Bolsonaro com quem conversei online aceita a acusação de manipulação ou ingenuidade, ainda que, para quem olha a partir de fora dessa bolha digital, pareça clara a subordinação dos posicionamentos individuais a padrões discursivos simples e repetitivos – é a fonte, notadamente, do apelido “gado do Bolsonaro”, difundido depois das eleições⁵. É possível que a perspectiva cibernética seja especialmente promissora neste ponto, pois opera com noções de “comando e controle” que são transversais aos divisores autonomia-manipulação, indivíduo-sociedade e humano-não-humano (Cesarino, no prelo a).

Em linha com o caráter “elementar” da mobilização do tipo populista, intuo que levar a sério a problematização dos divisores modernos implicada na perspectiva cibernética nos permitiria buscar inspiração, inclusive, em formulações sobre processos de formação de grupo encontrados entre certos animais sociais, como outros primatas ou canídeos. Neste ponto, penso particularmente no argumento de Strum e Latour (1987) sobre como, na ausência de mecanismos de inscrição duradouros que a cultura material propicia, é preciso que, para constituir o “social”, esses animais pratiquem uma política constante – eu acrescentaria, tanto no eixo da diferença (antagonismo com relação a outros grupos) quanto no da equivalência (cuidado interno com os membros do próprio grupo). Pois mobilização constante é, justamente, o que temos observado tanto antes quanto depois da eleição – sem isso, como argumentei em outras ocasiões (Cesarino, 2019b, no prelo a), o sistema-líder povo erigido pelo bolsonarismo se desestruturaria em resposta às múltiplas forças entrópicas do entorno. Em outras palavras, uma política constante, tanto de diferenciação antagonística externa quanto de intensificação do pertencimento interno, tem

4 A abordagem lacaniana média o uso que Laclau (2005: 26) faz do significante vazio saussureano: “a impossibilidade de fixar a unidade de uma formação social em qualquer objeto conceitualmente apreensível leva à centralidade da nomeação na constituição dessa unidade, ao passo que a necessidade de um cimento social que una os elementos heterogêneos ... outorga centralidade ao afeto na constituição social ... o laço social é um laço libidinal”.

5 A estrutura cismogênica de espelhamento inverso faz com que seja provável, contudo, que num caso como este o acusador receba como resposta alguma recíproca como “mortadela” ou “massa de manobra do PT”. O apelido jocoso “mortadela” deriva de uma narrativa, difundida nas redes bolsonaristas, de que militantes petistas participariam de mobilizações do partido em troca de sanduíches de mortadela.

sido a forma de lidar com o paradoxo de uma ruptura populista radical que pretende se rotinizar enquanto governo.

Essa analogia se insinua inclusive em manifestações do próprio presidente: relativas tanto ao cuidado interno com os membros do grupo – ao declarar que “se puder dar filé mignon ao meu filho, vou dar” – quanto à oposição antagonística contra grupos inimigos, ao afirmar por exemplo que o filho Carlos, principal articulador da sua comunicação digital, é seu “pit bull”. Buscar insights analíticos para além da fronteira animalidade-humanidade não me parece despropositado se considerarmos que autores promissores para pensar, por exemplo, a questão do contágio como Gabriel Tarde (2000) e o próprio Bateson o fizeram de forma recorrente. Talvez o que nos impeça de ir mais além neste caminho seja, tão somente, o fato de as analogias que se pode eliciar a partir da prática nem sempre refletirem aquelas que a antropologia tem muitas vezes romantizado em suas especulações sobre a transversalidade animal-humano⁶.

Boa parte da discussão sobre o tema na antropologia da ciência nos lembra que o divisor natureza-cultura não é um dado da realidade, mas tem sido construído e sustentado por mecanismos neguentrópicos (Latour e Woolgar, 1997) centrais à modernidade, notadamente a ciência e o sistema de peritos, por um lado, e as democracias constitucionais, por outro. No contexto do atual regime de pós-verdade (Harsin, 2015), esse duplo alicerce vem sendo profundamente contestado e desestruturado, o que gera aumento da entropia e, por conseguinte, novas formas de buscar controlá-la. Acompanho autores contemporâneos (por exemplo, Brown, 2019) que veem a ascensão dos populismos conservadores e da política de base antagonística como uma busca por ordem e segurança (eu acrescentaria, verdade e certeza) no contexto de desordem e insegurança (e equiprobabilidade e entropia) que é a marca da nossa época neoliberal (Cesarino, 2019b, no prelo b).

Laclau e sua parceira intelectual, e hoje viúva, Chantal Mouffe (2000), não vão tão longe em analogias para além do divisor natureza-cultura como poderiam ir os antropólogos. Mas, em retrospecto, me parece incrível que a antropologia brasileira não tenha se interessado mais por suas ideias. *A razão populista* traz, sob muitos aspectos, um ponto de vista bastante antropológico, ecoando clássicos do campo que operam no plano que eu venho chamando de cibernético (Cesarino, no prelo a), como Lévi-Strauss e Gregory Bateson. Laclau e Mouffe trabalham com uma noção essencialmente performativa de identidades políticas, que é precisamente o que podemos acompanhar em tempo real no Brasil e alhures com a reorganização do espectro político operada pela identidade emergente da nova direita. Sua proposta me parece ter ressonâncias importantes com teorias sobre formação de grupos centrais na antropologia, como Douglas, Barth e o próprio Bateson. Douglas (2002) em particular acessou um plano analítico a meu ver muito semelhante ao de Laclau (2005) e Coronil e

6 Ainda que se possa notar desenvolvimentos recentes importantes no sentido de buscar modos menos inocentes e idealizados de trabalhar relações multiespecíficas, como em Haraway (2016) e Tsing (2015).

Skurski (1991) ao destacar processos de classificação simbólica baseados em noções de im/pureza que articulam a produção da integridade e ordem do corpo a processos análogos no plano da formação de grupos e identidades coletivas.

Essa ressonância multiescalar, que trabalhei em outra ocasião a partir da memética da campanha bolsonarista direcionada especialmente às feministas (Cesarino, 2019b), não passou despercebida por Tania Luhrmann (2016). Luhrmann também se inspirou em Douglas para fazer um argumento inusitado sobre a ascensão populista de Trump: como o pangolim, o animal tabu por excelência entre os Lele,

o político populista é o “convidado mal-educado” na festa cívica; seu carisma tem menos a ver com qualquer conteúdo político específico do que com a pura fascinação despertada pelo “elemento que não ‘se encaixa’ no sistema gentrificado” (Arditi, 2003, p. 27) (Mazzarella, 2019: 51, grifo meu)⁷.

Neste sentido, a eleição de Trump, como a de Bolsonaro, pode ser vista como esperança de restituição da ordem por meio de uma inversão radical possível apenas num momento liminar, quando as estruturas são temporariamente suspensas (Turner, 1974). Um elemento tabu é assim elevado a ente sagrado, único capaz de purificar um sistema corrompido e reconstruir a integridade do grupo em bases radicalmente novas: “O que o jardineiro rejeita é enterrado de novo para renovar a vida”⁸ (Douglas, 2002: 121). Inversões desse tipo são, com efeito, a marca dos momentos de irrupção populista (Laclau, 2005), e trabalhei algumas delas em conteúdos diversos da memética bolsonarista (Cesarino, 2019b). Há, todavia, uma inversão essencial para o sucesso eleitoral de Bolsonaro que eu ainda não havia explorado, e que remete a uma preocupação central da antropologia: o lugar concedido a identidades enquadradas através da gramática do reconhecimento, particularmente categorias como minorias ou subalternos. A seção seguinte trará alguns exemplos para propor um argumento sobre o caráter bivalente da identidade de direita conservadora popularizada pelo bolsonarismo.

BIVALÊNCIA RECONHECIMENTO-REDISTRIBUIÇÃO NO BOLSONARISMO

Na esteira da crise financeira global de 2008, muitos nos EUA e Europa viram a inauguração de uma nova “fase histórica dominada pela ascensão de formações populistas que desafiam a ordem neoliberal”⁹ (Gerbaudo, 2018: 747). Outros, como Mirowski (2009), viram na crise menos um golpe ao neoliberalismo do que uma reacomodação na direção de novos arranjos neoliberais. Esses arranjos, marcados pela ascensão de governos populistas conservadores, romperam com o neoliberalismo progressista (Fraser, 1997) e a pós-política (Mouffe, 2000)

7 Tradução livre do original: “The populist politician is the ‘impolite guest’ at the civic dinner party; his or her charisma thus has less to do with any specific political content than with the sheer fascination of ‘the element that “falls out” of the gentrified system”.

8 No original: “That which is rejected is ploughed back for the renewal of life”.

9 No original: “historical phase dominated by the rise of populist formations that pose a challenge to the neoliberal order”.

que marcaram as duas décadas anteriores.

A aliança recente entre neoliberais e conservadores no Brasil espelha essa tendência global. Alguns autores têm destacado a emergência de uma versão brasileira da “guerra cultural” entre liberais e conservadores no cenário político recente (Gallego, Ortellado e Ribeiro, 2017), que teve continuidade e um lugar central na campanha que elegeu Jair Bolsonaro. Embora eu concorde com esse diagnóstico, a separação aparentemente nítida entre um plano da redistribuição (“liberal na economia”) e outro do reconhecimento (“conservador nos costumes”) me parece enganadora. Longe de se resumir a uma guerra cultural no campo das políticas de identidade, o bolsonarismo tem como pilar constitutivo um eixo neoliberal que é normalmente obscurecido pelo eixo populista-conservador: nos termos de Fraser (1997), ele seria propriamente *bivalente*. Buscarei mostrar, aqui, algumas das manifestações dessa bivalência na memética que circulou nas redes bolsonaristas durante o período eleitoral.

Dentre as muitas novidades introduzidas pela campanha de Jair Bolsonaro em 2018 estavam termos até então infrequentes, ou mesmo desconhecidos, no debate político nacional: significantes vazios (Laclau, 2005) como “gramscismo”, “marxismo cultural” e “globalismo” chegaram a figurar no plano de governo do então candidato (que consistia em 81 slides). Esse tipo de linguagem já vinha, no entanto, se sedimentando há algum tempo em mídias sociais onde emergiu e se consolidou a nova direita. Nas proximidades do período eleitoral, ela passou a ser difundida para um público mais amplo principalmente através de memes, textos, áudios e vídeos curtos circulados no WhatsApp.

Um exemplo da narrativa típica neste sentido foi um vídeo bastante compartilhado na época, produzido pelo empresário catarinense Luciano Hang (posteriormente conhecido como “véio da Havan”). Ali, ele explicava aos eleitores como, a partir de Antonio Gramsci, a esquerda mundial havia decidido abandonar o projeto de apropriação dos meios de produção por vias revolucionárias. Descrevia o conceito gramsciano de hegemonia, e denunciava o processo pelo qual a esquerda, através de intervenções posteriores como a Escola de Frankfurt, haveria logrado consolidar uma hegemonia cultural no ocidente: daí a centralidade do “marxismo cultural”, por vezes também referido como “gramscismo”. A partir daí, o vídeo estendia a cadeia de equivalência do inimigo (Laclau, 2005) de Gramsci para Hugo Chávez, Lula, PT, globalistas, etc., numa poética de livre-associação recorrentemente utilizada por Bolsonaro e seus apoiadores. Curiosamente, uma das iterações dessa cadeia incluiu o nome do próprio Ernesto Laclau: um post chamado “Linha de transmissão”, publicado no blog criado pelo futuro chanceler Ernesto Araújo em apoio ao então candidato Jair Bolsonaro¹⁰.

Essas e inúmeras outras formulações na mesma linha direcionam a atenção para um certo nível da realidade que tendemos a associar à superestrutura do

10 Na postagem, datada de 27 de setembro, lê-se: “Haddad é o poste de Lula. / Lula é o poste de Maduro, atual gestor do projeto bolivariano. / Maduro é o poste de Chávez. / Chávez era o poste do Socialismo do Século XXI de Laclau. / Laclau e todo o marxismo disfarçado de pós-marxismo é o poste do maoísmo. / O maoísmo é o poste do inferno. / Bela linha de transmissão” (Araújo, 2018: s.p.). Disponível em: <<https://www.metapoliticabrasil.com/blog/linha-de-transmissao>> Acesso em 16 de novembro de 2019.

marxismo clássico. Como o próprio termo guerra cultural, outros como marxismo cultural e globalismo foram tomados diretamente de empréstimo da *alt-right* americana. Todavia, como apontei acima, a aparente separação entre um nível superestrutural “conservador nos costumes” e outro, infraestrutural, “liberal na economia” pode ser enganadora. Muitos autores vêm notando, através de ângulos diferentes, a gradual aproximação e articulação entre conservadorismo moral e neoliberalismo econômico nas últimas décadas.

Ainda na virada do século, por exemplo, Jean e John Comaroff (2004) haviam notado uma correlação entre a ascensão de um punitivismo moral de bases conservadoras e a consolidação dos programas neoliberais de ajuste estrutural na África subsaariana e alhures. Loic Wacquant (2009) fez uma associação semelhante, destacando uma relação que ele chamou de “funcional” entre o avanço de políticas neoliberais e precarização por um lado, e o encarceramento em massa e punitivismo legal por outro. Mais recentemente, Melinda Cooper (2017) dedicou-se a retratar detalhadamente essa aliança no caso dos Estados Unidos, mostrando como, já nos anos 1970, era visível a aproximação entre economistas neoliberais e lideranças conservadoras (especialmente, evangélicas). Essa afinidade se manifestava no resgate, a partir do governo Reagan, do espírito das chamadas *poor laws* do século XIX, que imputavam à família o dever de cuidar de seus membros quando esses estivessem desempregados, doentes ou velhos demais para trabalhar. Assim, num contexto de desmonte do Welfare State, esperava-se que a família absorvesse os efeitos de precarização gerados pelas políticas neoliberais: lembremos que a famosa frase de Thatcher “Não existe sociedade, apenas homens e mulheres individuais” não termina aí, mas continua com “e suas famílias”.

É possível, como fiz em outra ocasião (Cesarino, no prelo a), ir ainda além nessas conexões, em direção a ressonâncias mais profundas no plano estrutural que venho chamando de cibernético. Mas minha análise nesta seção se limitará a destacar como a bivalência neoliberal-conservadora apareceu na memética circulada durante a campanha eleitoral – sempre como parte da engrenagem mais ampla do populismo digital que descrevi acima e alhures (Cesarino, 2019b). Entre os dois eixos da dupla articulação diferença-equivalência entendida por Laclau como definidora da mobilização discursiva do tipo populista, o eixo antagonístico da diferença me pareceu ter um peso maior durante a campanha eleitoral de 2018. Embora o antipetismo tenha sido sua face mais evidente, o que entendemos como políticas de identidade ou do reconhecimento não foram menos importantes. Na verdade, elas desempenharam um papel central na gramática populista de Jair Bolsonaro antes mesmo de ele ascender ao cenário nacional pegando carona na pauta anticorrupção consolidada pela Lava Jato.

Argumentei anteriormente (Cesarino, 2019b) que as fontes originais do carisma de Jair Bolsonaro foram fundamentalmente antagonísticas: diziam res-

peito à sua alegada espontaneidade e coragem para falar a verdade diante de quem quer que fosse (em linha com o fetiche contemporâneo da autenticidade), o que se articulava com a sua saga pessoal contra o “politicamente correto” defensor dos “bandidos” e cerceador da liberdade das “pessoas de bem” – e posteriormente, o combate cristão contra a “ideologia de gênero” (Butler, no prelo). Esse duplo carisma encontra-se bastante destacado na memética anterior à sua candidatura para a presidência, através de slogans como “Direitos humanos: esterco da vagabundagem” e o símbolo – naquele momento chocante para alguns, mas fascinante para outros – da arminha com a mão. Esse foi o trampolim da ascensão de Bolsonaro para a cena política nacional, desde que começou a frequentar programas de televisão e tornar-se ativo nas redes sociais.

Seu perfil pessoal – como o de outros como Trump, Nigel Farage e Olavo de Carvalho – encontra afinidades importantes com o que se conhece na cultura da internet como o “troll”: figuras que adquirem influência e engajamentos através de declarações tabu, absurdas e ultrajantes. A influência digital do troll vem tanto da fascinação que a quebra de tabus exerce sobre parte dos usuários – pela qual Bolsonaro ganhou a alcunha de “mito” – quanto dos engajamentos negativos por parte daqueles que se sentem ofendidos: nas mídias sociais, o velho adágio “falem mal, mas falem de mim” adquire uma outra dimensão, inclusive algorítmica¹¹. Este ponto é importante, pois a cismogênese simétrica entre direita e esquerda disparada pelas “trollagens” de Bolsonaro, que foi essencial para a sua ascensão na esfera pública nacional, continuou sendo ativamente alimentada por ele (e pela esquerda) durante a campanha – e, ao que tudo indica, também após a posse (Cesarino, 2019b, no prelo a).

Não por acaso, a fama original de Bolsonaro como misógino, racista e homofóbico reproduz ponto a ponto os marcadores da diferença privilegiados pelas políticas de identidade no Brasil e alhures: gênero, raça e orientação sexual. Durante a campanha, a memética bolsonarista mobilizou todos estes, de modo central, enquanto inimigos – porém, teve o cuidado de traçar a fronteira antagonística não entre brancos e negros, homens e mulheres, ou heteros e gays, mas entre a *militância* feminista, LGBT e do movimento negro e os “cidadãos de bem”. Assim, brasileiros negros, pardos, gays ou mulheres que não tinham um investimento especial na gramática identitária das políticas de reconhecimento (podemos supor, uma maioria) puderam ter seu pertencimento mobilizado pela cadeia de equivalência do bolsonarismo, que operou com significantes vazios como “brasileiros”, “trabalhadores”, “cidadãos de bem” ou “patriotas”. Já a frente antagonística do aparato trabalhava com padrões discursivos semelhantes àqueles mais gerais direcionados ao antipetismo, associando a militância à figura do bandido, da ameaça ou da elite hipócrita e corrupta. Como condensado em uma frase circulada no WhatsApp após a eleição: “O esquerdistas praticam

¹¹ A “trollagem” parece ser, ainda, um efeito extremo da necessidade de “inovação” constante no contexto de uma competitiva (e lucrativa) economia da atenção nas mídias digitais.

ATIVISMO, enquanto os conservadores de direita praticam o PATRIOTISMO”.

Como apontei anteriormente (Cesarino, 2019b), no caso do voto feminino foi possível acompanhar em tempo real a tática populista em ação, em vista das manifestações do #EleNão realizadas em fins de setembro em todo o país. Imediatamente após os atos, observou-se no WhatsApp, Facebook e outras plataformas uma enxurrada de conteúdos estruturados pelas mesmas funções metalinguísticas básicas do populismo digital (Cesarino, 2019b), porém desta vez trazendo as feministas na função estrutural do inimigo: associadas às cores vermelha e preta, à desordem, a atmosferas ameaçadoras, à nudez, ao despudor e à hipocrisia das elites que fingem defender o povo, mas que desejam no fundo manter seus privilégios, frequentemente por vias corruptas. Técnicas de espelho invertido, como a canibalização de palavras de ordem feministas (“Lute como uma mulher – de verdade”), orientavam conteúdos que se referenciavam mutuamente através de *hashtags* (elas mesmas, espelhos invertidos) como #ElasNão ou #EleSim.

Em meio a esse esforço extraordinário – e, sem dúvida alguma, articulado –, chamaram atenção significantes baseados em noções de im/pureza, que ecoam aqueles trabalhados por Mary Douglas (2002). Inúmeros memes binários dividiam a população feminina entre direita e esquerda, associando as primeiras à pureza, beleza, inteligência, partes corporais altas (cérebro), higiene, civilidade e o verde-e-amarelo; e as segundas, à bandidagem, feiura, ignorância, partes corporais baixas (vagina, ânus, urina), sujeira e animalidade. Parte do conteúdo direcionado à militância LGBT nessa época seguiu um padrão semelhante: por exemplo, memes contrapondo um Pablio Vittar feio e sem maquiagem ao maquiador Agustin Fernandez, apoiador de Bolsonaro (“até os gays de direita são mais bonitos”) (Cesarino, 2019b).

Essas e outras contraposições estéticas binárias visavam atuar diretamente no plano dos afetos, gerando efeitos viscerais de atração por um grupo (o da direita) e repulsa pelo outro (o da esquerda). Esses afetos se associavam a símbolos muito básicos como palavras de ordens ou cores – notadamente, a dicotomia vermelho versus verde-e-amarelo. As declarações de Eduardo Bolsonaro no dia seguinte ao #EleNão seguiram o mesmo padrão douglasiano: “As mulheres de direita são muito mais bonitas do que as de esquerda. Não mostram o peito na rua e não defecam para protestar. Ou seja, as mulheres de direita são muito mais higiênicas que as da esquerda”. Outro exemplo são as letras do MC Reaça, homenageado por Bolsonaro quando do seu suicídio em 2019: “Dou pra CUT pão com mortadela / E pras feministas, ração na tigela / As mina de direita, são as top mais bela / Enquanto as de esquerda têm mais pelo que cadela”.

Em meio à proliferação de inversões populistas, gramáticas eclipsadas pelas políticas da identidade em evidência durante os governos anteriores foram reativadas, “iluminando paisagens históricas escondidas em um ‘flash’” (Coronil

e Skurski, 1991: 289). Foi, notadamente, o caso da versão vulgarizada da ideologia freyreana da miscigenação racial, recuperada na memética, em declarações do candidato e do seu vice, e em esforços concertados como o movimento “Minha cor é o Brasil”. Neste último, difundido especialmente através de vídeos em todas as plataformas, pessoas negras e indígenas (como Hélio Negão e Ysani Kalapalo) contestavam frontalmente a representatividade do movimento negro e indígena, reivindicando sua liberdade para se unir à cadeia de equivalência do bolsonarismo, centrada no significante vazio “Brasil”. Na memética de inversão de acusações, as políticas de identidade – na figura do “vitimismo” do movimento negro, feminista e LGBT, ou do “privilégio” da política de cotas – é que apareciam como dividindo a sociedade brasileira e propagando discursos de ódio. Numa associação também característica do populismo (Laclau, 2005), o líder era colocado do lado do povo como alguém simples e honesto, “forjado no quartel, lugar de gente decente, honesta, trabalhadora e cheio de negão!” – como colocado por Flávio Bolsonaro em uma postagem na época da campanha (Cesarino, 2019b). O totemismo líder : povo :: inimigo : elite se propagou através de símbolos simples e recorrentes como o relógio Casio e a caneta Bic de Bolsonaro, contrapostos à caneta Montblanc banhada a ouro de Lula e ao suposto relógio suíço de Fernando Haddad.

Atravessando esse universo semanticamente vultoso porém gramaticalmente simples, havia um componente sutil mas persistente que eu classificaria como “neoliberal”. Ele aparecia em conteúdos que remetiam tanto ao eixo da equivalência, em noções genéricas de mérito e liberdade individual, quanto ao eixo da diferença, através de noções de privilégio, corrupção ou coletivismo – essas últimas, novamente, muito associadas à militância em torno das políticas de reconhecimento. Um meme assinado e circulado durante a campanha por um dos filhos de Jair, Carlos Bolsonaro, é representativo dessa dupla gramática, que articula redistribuição e reconhecimento:

Em meu time há mulheres, brancos, negros, idosos, jovens, nordestinos... todos muito competentes. Quanto à sexualidade, pouco importa, ninguém quer se valorizar por isso. Se são bons no que fazem, vida que segue! O papo canalha de dividir a sociedade, fazendo pessoas virarem massa de manobra fracassada, enquanto seus líderes “nadam” no poder financeiro e na manutenção de seus cargos com demagogia, é algo que não existe em nosso ambiente. Somos todos capazes e iguais!

Um dos significantes vazios do inimigo que articulou de modo mais eficaz os eixos da redistribuição e do reconhecimento foi a “mamata”. Durante a campanha, esse termo traçou uma equivalência firme entre demandas por reconhecimento através de políticas da diferença e grupos que sustentariam privilégios às custas dos impostos pagos por quem trabalha “de verdade”. Como também

notaram Kalil et al. (2018), o significante vazio que denotava o grande inimigo do Brasil, a corrupção, era atribuído à classe política e ao setor público de modo mais amplo, sendo a iniciativa privada associada, por contraste, a transparência e pureza de propósitos (novamente, autenticidade). A ideia de que empresários e pessoas ricas estariam livres de hipocrisia já foi notada a propósito do aparente paradoxo de um bilionário como Donald Trump alegar representar o “povo”, “Joe the Plumber” (Maly, 2018).

Exemplos de figuras da “mamata” mobilizadas nos memes incluem a atriz feminista que desvia verbas públicas, o militante do movimento negro que vive de “mamar nas tetas” do Estado, o estudante esquerdista de universidade pública que explora os pais idosos, os homossexuais que “querem se valorizar por isso”, como indicado no texto de Carlos Bolsonaro acima. O significante vazio da “bolsa” foi bastante mobilizado, em memes alertando que “Haddad fez o bolsa travesti e deixou 100 mil crianças sem creche”, ou que presidiários, drogados e prostitutas ganhariam benefícios do Estado em valores muito superiores ao salário mínimo do trabalhador honesto. Outras variantes da “mamata” ou “boqui-nha” frequentes durante a campanha foram o “BNDES” e a “Lei Rouanet” – esta última colocada como real razão por trás da oposição de parte significativa da classe artística e da grande mídia ao nome de Jair Bolsonaro.

Além disso, a centralidade da família para a aliança entre neoliberais e conservadores evidenciada pela crítica feminista do neoliberalismo nos últimos anos (Cooper, 2017; Brown, 2019) também se refletiu na importância político-eleitoral que disputas em torno da “ideologia de gênero” tem adquirido no Brasil (Kalil et al., 2018: 10). O Escola sem Partido e a eleição de evangélicos para conselhos tutelares são exemplos de uma reação à incidência não apenas da militância identitária, mas do próprio Estado secular, em domínios considerados pelos conservadores (em especial, cristãos) como jurisdição exclusiva da família, como a sexualidade e a educação moral (Butler, no prelo).

Outro rearranjo neoliberal importante tem sido a inversão da lógica da luta de classes, historicamente estruturada por meio da oposição capital x trabalho. No campo bolsonarista como na nova direita de modo mais amplo, trabalhadores e pequenos empreendedores são colocados do lado do mercado e dos grandes empresários – cuja imagem icônica durante a eleição talvez tenha sido o já citado dono das lojas Havan –, em oposição a um significante vazio do inimigo associado à categoria quase residual do comunismo (que, como se sabe, tem sua “lista atualizada” renovada periodicamente para incluir aqueles que vão se colocando contra o líder, sendo assim excluídos do grupo).

Nessa dupla articulação, constrói-se uma ampla equivalência entre sociedade e mercado, segundo a qual este último aparece como contemplando os interesses do “povo”, articulada com um antagonismo segundo o qual o aparato do

Estado de Bem-Estar (e, no limite, qualquer forma de regulação estatal à “livre iniciativa”) representaria interesses escusos (por exemplo, ONGs estrangeiras ou o globalismo) e/ou a hipocrisia de grupos que desejariam apenas manter seus privilégios (como a universidade pública ou o funcionalismo de modo geral). O estabelecimento de uma equivalência entre sociedade e mercado passa também pela ampla mobilização do signifiante do empreendedor, que substitui a solidariedade horizontal de classe por essa figura híbrida, em que o trabalhador se torna patrão de si mesmo – e os grandes monopólios, bancos e o mercado financeiro (em suma, o que no movimento Occupy chamou de 1%) desaparecem no pano de fundo da cena política (Cesarino, no prelo a).

Segundo Laclau (2005), lideranças populistas tipicamente apelam para um “instinto de nivelamento” das pessoas comuns, especialmente quando lhes é dito que tais “elites” gozam de benefícios obtidos às suas custas, que foram enganadas por elas, e que algo lhes foi injustamente retirado. Essa gramática, que é fundamentalmente relacional, permite que mesmo setores que nos parecem privilegiados – como a classe média alta, um dos bastiões do bolsonarismo – sintam-se enganadas, ressentidas e lesadas “pelo PT”. Nesse contexto, nos termos de Mazzarella (2019: 50), “a nova ativação política das classes médias outrora privilegiadas, e recentemente precárias, se arrisca a apagar ... histórias mais longas de violência”¹² sofridas por afrodescendentes, indígenas e moradores das periferias.

No contexto de austeridade neoliberal progressiva em que vivemos, não é difícil fazer com que empregos estáveis como os do funcionalismo público, ou mesmo qualquer emprego com garantias e benefícios (o chamado trabalho do tipo fordista), apareçam, aos olhos de boa parte da população, como privilégios (Brown, 2019). Quando a precarização generalizada da vida vai virando regra, inclusive entre as classes médias, estas se (auto) reposicionam como subalternos dentro de um campo profundamente modificado que não prevê um lugar para a gramática do reconhecimento a não ser como um inimigo – ou, na melhor das hipóteses, um competidor por recursos escassos. Parece haver, portanto, uma retroalimentação entre neoliberalismo e conservadorismo também neste sentido: nos termos de Wendy Brown (2019: 8), “o rancor racializado e o sofrimento econômico das classes médias e trabalhadoras brancas, longe de se diferenciarem do avanço [da precarização neoliberal], adquirem voz e forma a partir dele”¹³.

Assim, um dos efeitos – sem dúvida, não pretendido – do avanço das políticas da identidade no Brasil (e alhures) nas últimas décadas foi muitos se sentirem excluídos de um jogo político que era visto como privilegiando injustamente uma parcela minoritária da população. No contexto populista das inversões, essas minorias passam a ser vistas como “opressoras”: associação explicitada em termos como “ditadura gay” ou “feminazi”. Em outras palavras, o bolsonarismo ofereceu a essas pessoas uma nova identidade – a de direta e conservadora

12 Tradução livre do original: “...it is tempting to retort that some bodies have always been chronically at risk and that the newfound political activation of the previously privileged, recently precarious middle classes risks effacing these longer histories of violence”.

13 No original: “White working-class and middle-class economic suffering and racialized rancor, far from distinct from these assaults, acquire voice and shape from them”.

– onde antes só havia ambiguidade, confusão ou insegurança. Ofereceu não apenas um rótulo, mas um novo lugar de reconhecimento, liberdade e direitos: o direito de não ter de assumir uma identidade militante (mas que, num segundo momento, pode se tornar uma, só que no outro lado do espectro político); o direito de expressar abertamente o que era proibido pelo politicamente correto; o direito de não se sentir diminuído por não saber falar ou escrever corretamente; o direito de reivindicar conhecimento derivado da experiência e da trajetória de vida pessoais (“eu sei como foi a ditadura, pois eu vivi”) contra os ditames incompreensíveis de elites de especialistas; o direito de se sentir representado politicamente por alguém que parece ser igual a você, etc. Embora o conteúdo seja diametralmente oposto, num plano estrutural o apelo populista da nova direita se parece em muitos pontos com o da esquerda identitária. A estrutura cismogênica a partir da qual emergiu a nova direita – um espelhamento também sugerido por Mirowski (2019) para a oposição entre neoliberais e socialistas durante o século XX – sugere que sua gramática possa ter, de fato, se espelhado parcialmente na da esquerda. Ambos os processos compartilham, afinal, mediações estruturantes comuns, que trabalhei em outra ocasião nos termos de uma coprodução entre neoliberalismo e mídias digitais (Cesarino, no prelo a).

Cabe concluir esta seção notando que nenhuma dessas reformulações político-identitárias emergentes é um dado da realidade. Boa parte da teoria social contemporânea trabalha com noções performativas de identidade, e com a teoria do populismo de Laclau não é diferente. E com efeito, militantes da nova direita e do bolsonarismo têm trabalhado ativamente para reestruturar o espectro político no Brasil no sentido de construir um novo pano de fundo hegemônico. Um dos exemplos mais contundentes é um *power point* feito pelo então candidato a deputado federal Luiz Philippe Orleães e Bragança, onde o campo da “direita” e da “nova política” incluía apenas o PSL e o NOVO, sendo todo o resto (inclusive, naquele momento, o DEM) relegado à “esquerda” e à “velha política” (Cesarino, 2019b). Só com essa reestruturação profunda – e isso é essencial – um deputado que passou trinta anos no baixo clero da Câmara poderia lograr se apresentar de modo convincente como arauto de uma “nova política”.

Nos últimos anos, essa estrutura emergente vem sendo pouco a pouco apresentada e literalmente *ensinada* à população: WhatsApp, YouTube e outras plataformas têm operado como ferramentas pedagógicas centrais neste sentido (Mirowski, 2019). Nelas são frequentes, por exemplo, conteúdos explicando às pessoas, de forma bastante simples e com exemplos concretos, o que é ser de direita ou conservador. Essa pedagogia quase sempre vem acompanhada de explicações igualmente detalhadas sobre o que a direita *não* é: seu espelho invertido, a “esquerda”. Um texto compartilhado no WhatsApp demonstra bem essa estratégia frequente, e deixa claro como a oposição individualismo-coleti-

vismo também é um eixo estruturante da gramática identitária conservadora-neoliberal emergente:

*Quando um cara de **direita** é vegetariano, ele não come carne.*

*Quando um cara de **esquerda** é vegetariano, ele faz campanha contra alimentos a (sic) base de carne e gostaria de proibir a todos de comer carne.*

*Quando um cara de **direita** é homossexual, ele tem uma vida normal.*

*Quando um cara de **esquerda** é homossexual, ele faz apologia à homossexualidade, vai às manifestações do “orgulho gay” e acusam todos aqueles que não pensam como ele de “homofóbicos”.*

*Quando alguém de **direita** perde o emprego, pensa em como sair da situação e fazer todo o possível para encontrar um novo emprego.*

*Quando alguém de **esquerda** perde o emprego, ele vai reclamar ao sindicato, e gastará até o último dia e vai a todas as manifestações e ataques contra a direita e contra os empregadores (grifo no original).*

Por esses meios, o bolsonarismo, assim como outros produtos políticos da aliança entre neoliberais e conservadores (Cooper, 2017; Brown, 2019), parece estar conseguindo o que os setores progressistas ainda buscam: produzir hegemonia por meio de uma mobilização propriamente bivalente, ou seja, que perpassa e articula o eixo do reconhecimento (conservador) com o da redistribuição (neoliberal). Cabe ressaltar que essa hegemonia parece ser, ao menos por enquanto, principalmente eleitoral. Porém, estudos recentes sobre a direita emergente no Brasil indicam que o avanço desse “Brasil paralelo”¹⁴ vem ocorrendo a passos largos e há mais tempo do que se imaginava, principalmente por vias digitais e portanto fora da esfera pública convencional (Rocha, 2018). Embora no senso comum a imagem da nova direita online seja comumente associada a paisagens obscuras da internet como a *deep web* e fóruns anônimos como o 4Chan (Nagle, 2017), no Brasil sua versão alternativa da realidade política vem adquirindo capilaridade crescente através de plataformas corriqueiramente utilizadas por boa parte da população para acessar “informação” e “se educar”, como o YouTube e o WhatsApp, e pode ser encontrada ecoando em falas de usuários comuns no Facebook e Twitter. Para compreender a força do apelo da nova direita, portanto, é preciso compreender melhor as mediações através das quais ela tem crescido em influência no Brasil e alhures.

14 “Brasil paralelo” é um dos canais mais populares deste segmento no YouTube, com mais de 1 milhão de inscritos, e cujo principal vídeo chegou a mais de 6 milhões de visualizações (dados de setembro de 2019).

DIGITALIZAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO E PESSOA FRACTAL

Como a antropologia pode ajudar a entender melhor as mudanças recentes na representação político-identitária no Brasil? Historicamente, nossa disciplina

tem sustentado uma afinidade próxima com segmentos sociais que viriam, em fins do século vinte, reivindicar reconhecimento através das políticas da diferença. Ainda que antropólogos tenham observado e problematizado tendências à reificação identitária (o que implica, necessariamente, seletividade e exclusão), no geral essa afinidade tem se mantido intacta. Isso talvez tenha nos impedido de desenvolver instrumentais analíticos melhores para lidar com processos identitários que extrapolam os padrões por nós esperados: notadamente, nos casos em que aqueles que víamos como nossos aliados “naturais” passam a agir como o “outro repugnante”, e a identificar-se com ele (Harding, 1991; Cesarino, 2019a).

Processos identitários que se desenvolvem fora de essencialismos estratégicos moldados pela relação direta com o Estado (o que Manuela Carneiro da Cunha chamou de “cultura” com aspas) muitas vezes são atribuídos pela antropologia a alguma categoria residual, como “popular” ou “híbrido”. Discussões recentes sobre anti-mestiçagem (Luciani, 2016) e pessoa fractal (Wagner, 2011) permitem pensar, todavia, que híbridos não precisam ser entendidos como fusões, mas podem ser produtivamente compreendidos como misturas fractais. Essa concepção de mistura implica não uma diluição de identidades numa massa amorfa, mas uma fragmentação infinitesimal de “pedaços” identitários que podem ser articulados e ganhar escala a depender da eficácia da sua mobilização em múltiplas camadas de cadeias de equivalência – notadamente, por meio da representação do tipo populista (Laclau, 2005). Sugeri que foi precisamente isso que a campanha Bolsonaro logrou realizar com extraordinário sucesso em 2018 (Cesarino, 2019b), ao se valer da digitalização crescente dos processos de formação de identidades políticas que, como notou Malini (2017), adquirem forma em virtude de serem continuamente acionadas relacionalmente por outros usuários e mediações algorítmicas nas mídias sociais.

Em seu levantamento dos diferentes perfis de apoiadores de Jair Bolsonaro em 2018, Isabela Kalil e colaboradores (2018) utilizaram a metáfora do caleidoscópio – não por acaso, a mesma popularizada por Lévi-Strauss em *O pensamento selvagem* – para destacar o caráter segmentar da comunicação de campanha de Jair Bolsonaro:

Para quem acompanha a trajetória de Bolsonaro parece haver uma série de contradições e incoerências em seus discursos. Esta forma de se comunicar e se posicionar em relação a assuntos polêmicos gerou uma reação do campo progressista que passou a identificar nele elementos como a falta de coerência, baixa capacidade de articulação política ou ainda a presença de posicionamentos desprovidos de sentido. No entanto, ao segmentar o direcionamento de suas mensagens para grupos específicos, a figura do “mito” ... consegue assumir diferentes formas, a partir das aspirações de seus apoiadores (Kalil et al., 2018: 3).

Essa estrutura segmentar ou caleidoscópica, observada no plano qualitativo e off-line por Kalil et al. (2018) e que encontra eco em discussões sobre as “muitas vozes” de Trump (Maly, 2018), demonstra uma convergência quase perfeita com estudos quantitativos de topologia e dinâmica de redes digitais durante a campanha eleitoral. Em uma análise de como se deu o processo de viralização de conteúdo eleitoral no aplicativo WhatsApp em 2018, João Guilherme dos Santos e colaboradores utilizaram a metáfora da “hidra”, o monstro mitológico de várias cabeças, para descrever a topologia de “redes policêntricas segmentadas e integradas” por eles encontrada (Santos et al., 2019). Essas redes se estruturaram em torno de nódulos centrais que realizavam disparos massivos de conteúdo (ou seja, celulares que faziam os primeiros uploads de novos conteúdos ou os importavam de outras plataformas) para grandes grupos públicos interconectados entre si por alguns usuários chave (ou *gatekeepers*). Em algum ponto ao longo dessa trajetória, o repasse dos conteúdos atravessava um limiar de comportamento não-linear, viralizando para a extensa periferia da rede, composta por WhatsApps pessoais e “grupos de família”¹⁵. Assim, à medida que os diferentes tipos de conteúdos se afastavam dos centros unificados e estruturados da rede, seus caminhos iam se segmentando “espontaneamente”, ao serem repassados por usuários comuns àqueles contatos mais propensos a serem afetados por cada um deles.

Nos termos de Laclau (e da psicologia da *Gestalt*), podemos sugerir que foram os próprios eleitores que, confrontados com a pletora de significantes vazios lançados nas redes bolsonaristas, selecionaram os mais relevantes para si e assim *completaram* o seu significado. A relação entre emissor e receptor do conteúdo digital da campanha foi, portanto, bi-direcional ou propriamente cibernética, inclusive no sentido de que parte desse conteúdo era produzido pelos próprios usuários a partir de padrões discursivos análogos ao do mecanismo populista original, e re-circulado nos *feedback loops* através dos quais as mídias sociais geram valor (Mirowski, 2019; Cesarino, no prelo a). Desta forma, foi possível ampliar e sustentar a articulação entre demandas particulares e equivalências gerais que é a base da eficácia da mobilização do tipo populista (Laclau, 2005). Cabe notar, ainda, que a performatividade do aparato digital bolsonarista operou sobre um substrato social preexistente que mantinha afinidades latentes, ainda que não necessariamente “nomeadas” (no sentido lacaniano de Laclau, 2005), com a gramática neoliberal-conservadora oferecida pelo candidato e pelas redes da nova direita com as quais ele se articulou.

Com efeito, Bolsonaro se mostrava, nas redes, como uma figura caleidoscópica cujos múltiplos “pedaços”, não necessariamente coerentes entre si, podiam realizar conexões parciais (Strathern, 1991) com os interesses, medos e outros

15 Os autores delinearão um modelo de viralização em três etapas, que coincidem com as camadas que eu havia descrito em um primeiro relatório da minha pesquisa no WhatsApp: “primeiro a etapa de produção e difusão inicial; em seguida sua circulação em grupos segmentados dedicados à política, interconectados por membros mais dispostos a compartilhá-la e inseri-la em uma dinâmica de viralização; e por fim grupos periféricos não dedicados à política, quantitativamente mais numerosos, embora proporcionalmente irrelevantes na etapa mais intensa da viralização” (Santos et al., 2019: 327).

afetos de segmentos eleitorais específicos: da dona de casa preocupada com a integridade moral dos filhos ao pai de família inseguro com a criminalidade urbana; do jovem de periferia acuado pela precarização do trabalho, crise de masculinidade, e frustrado na cultura do consumo a que havia sido introduzido em governos anteriores (Pinheiro-Machado e Scalco, 2018), ao homem branco de classe média atraído pelo anti-politicamente correto (di Carlo e Kamradt, 2018); a negros, mulheres e homossexuais que, por diferentes razões, não se reconheciam na “esquerda lacradora”. Kalil et al. (2018) identificaram ao menos dezesseis perfis diferentes.

Essa estrutura caleidoscópica de conexões parciais propiciou o rápido contágio que culminou, no auge da campanha eleitoral, na formação do corpo digital do rei, onde todas essas particularidades foram convertidas em unidade – ou a diferença, em equivalência (Laclau, 2005). Como na segmentaridade nuer descrita por Evans-Pritchard, foi possível sustentar escalas aninhadas de relações particulares de equivalência-diferença mantendo, ao mesmo tempo, uma unidade virtual no “topo”, incorporada na figura do líder e contraposta a um inimigo comum. Essa visão segmentar e fractal da identidade ajuda a esclarecer o aparente paradoxo da afinidade entre o hiper-individualismo das mídias sociais e o “espírito comunitário do populismo” notada por Gerbaudo (2018: 748). Talvez poderíamos dizer, nos termos de Sapir (2012), que o populismo digital gera um tipo “espúrio” de comunitarismo: é uma busca por autenticidade num contexto de ansiedades profundas quanto a mediações. Onde as mediações estabelecidas não funcionam mais como deveriam (Brown, 2019), as pessoas passam a buscar diretamente aquilo que é “realmente real”

Além disso, em termos práticos, essa abordagem ajuda a compreender como, no caso brasileiro, a mecânica populista gerou efeitos similares às análises de perfis e microdirecionamento algorítmico que foram a marca do escândalo da Facebook-Cambridge Analytica (Maly, 2018). Tudo indica que houve mobilização de agências maquinicas na campanha não-oficial de Bolsonaro (assim como em outras), como disparos via WhatsApp e *bots* no Twitter e Facebook (Santos et al., 2019). Porém, a propagação do conteúdo disparado via WhatsApp parece ter se dado em larga medida espontaneamente, por meio da agência humana de usuários comuns. Em outras palavras, a estrutura caleidoscópica original permitiu que conteúdos particulares (digamos, abordando a questão da criminalidade, ou a crise nos costumes, ou o anti-politicamente correto, ou uma memética simplesmente humorística avançando o carisma do “mito”) fossem sendo direcionados, ao longo da sua trajetória digital, àqueles mais propensos a serem afetados por eles. Chegamos aqui a uma importante questão cibernética em aberto para a antropologia: como, no contexto atual de digitalização intensiva da vida, agência

humana e agência maquínica (algorítmica, mas não apenas) se retroalimentam e parecem se aproximar, e com que consequências.

Estamos apenas começando a compreender as profundas mudanças que as mediações digitais vêm provocando não apenas na política e na produção do conhecimento (Cesarino, 2019b, no prelo a, no prelo b), mas em todas as esferas da vida – com efeito, como essas fronteiras entre esferas têm se tornando cada vez mais confusas. Autores contemporâneos têm notado ressonâncias importantes entre fenômenos característicos do nosso tempo que tendemos a ver como separados, notadamente o aprofundamento do neoliberalismo no plano tanto epistêmico quanto material, a pós-verdade, a ascensão de populismos conservadores, e mesmo a força política e social do cristianismo evangélico (Harsin, 2015; Gerbaudo, 2018; Waisbord, 2018; Mirowski, 2019; Brown, 2019; Butler, no prelo).

Abordar esse universo a partir de uma perspectiva cibernética – que busca não uma “explicação positiva” (Bateson, 1972) em termos de causalidade entre entidades preexistentes, mas padrões e recursividades coemergentes dentro de um mesmo campo de complexidade e probabilidade – sugere que, do ponto de vista sistêmico, esses fenômenos compartilham uma mesma estrutura; num certo sentido, talvez seja possível dizer que eles são o *mesmo* fenômeno (Cesarino, no prelo a). Essa estrutura comum parece estar fundamentalmente calcada no que poderíamos chamar de arquitetura digital do neoliberalismo, ou estrutura neoliberal das mídias digitais¹⁶. Pensar representação e identidade hoje exige, portanto, uma integração de perspectivas muito mais ampla e complexa do que vimos avançando na antropologia até o momento, mas para a qual podem contribuir muitas das discussões já feitas na nossa disciplina, inclusive com referência às chamadas sociedades não-modernas. Em momentos de transição profunda, torna-se produtivo voltar aos “fundamentos”. A perspectiva cibernética nos permite fazer uma última analogia, desta feita com os momentos de crise e revolução descritos por Thomas Kuhn (2006): neste caso, a troca de paradigma não se completou, o campo de batalha permanece aberto, e pode ser que continue assim durante um bom tempo. Talvez seja tempo suficiente para nos reequiparmos, com ferramentas analíticas novas e talvez inusitadas.

16 Detalhei este ponto em outros lugares (Cesarino, no prelo a, no prelo b). Aqui, é suficiente notar que acompanho o entendimento de Mirowski (2019) do neoliberalismo como um projeto epistêmico baseado na premissa do mercado como processador de informação, hoje indiscernível das mediações digitais que o sustentam.

Letícia Cesarino é Professora no Departamento de Antropologia e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA: não se aplica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ernesto

2018 “Linha de transmissão”. *Metapolítica Brasil*, 27 sep. 2018. Disponível em:
<https://www.metapoliticabrasil.com/post/linha-de-transmiss%C3%A3o>

BATESON, Gregory

1972 *Steps to an ecology of mind*. Chicago, Chicago University Press.

BROWN, Wendy

2019 *In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West*. Nova Iorque, Columbia University Press.

BUTLER, Judith

No prelo “Ideologia de anti-gênero e a crítica da era secular de Saba Mahmood”. *Debates do NER*, v. 2, n. 36.

CESARINO, Letícia

2008 “Hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo”: a (re) construção ritual do vínculo representativo na posse de Lula. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 2006, p. 179-198.

2019a “On digital populism in Brazil”. *Political and Legal Anthropology Review—Ethnographic Explainers*, 15 abr. 2019. Disponível em: <https://polarjournal.org/2019/04/15/on-jair-bolsonaros-digital-populism/>

CESARINO, Letícia

2019b “Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil”. *Internet & Sociedade*, v. 1, n. 1.

No prelo a “Pós-verdade: uma explicação cibernética”. *Ilha—Revista de Antropologia*.

No prelo b “What the Brazilian 2018 elections tell us about post-truth in the neoliberal-digital era”. *Cultural Anthropology—Hot Spots*.

COMAROFF, Jean e COMAROFF, John 2004 “Criminal obsessions, after Foucault: postcoloniality, policing, and the metaphysics of disorder”. *Critical Inquiry*, vol. 30, n. 4, p. 800-824.

COOPER, Melinda

2017 *Family values: between neoliberalism and the new social conservatism*. Cambridge, MA, MIT Press.

CORONIL, Fernando e SKURSKI, Julie

1991 “Dismembering and remembering the nation: the semantics of political violence in Venezuela”. *Comparative Studies in Society and History*, v. 33, n. 2, p. 288-337. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/178904>

DI CARLO, Josnei e KAMRADT, João

2018 “Bolsonaro e a cultura do politicamente incorreto na política brasileira”. *Teoria e Cultura*, vol. 13, n. 2, p. 55-72. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12431/0>

DOUGLAS, Mary

2002 *Purity and danger: an analysis of concepts of pollution and taboo*. Nova Iorque, Routledge.

FRASER, Nancy

1997 “From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a ‘postsocialist’ age”. *New Left Review*, vol. 1, n. 212, p. 68-93. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/l212/articles/nancy-fraser-from-redistribution-to-recognition-dilemmas-of-justice-in-a-post-socialist-age>

GALLEGO, Esther S., ORTELLADO, Pablo e RIBEIRO, Marcio

2017 “Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações por apoio à Operação Lava Jato e contra a reforma de previdência”. *Em Debate*, vol. 9, n. 2, p. 35-45. Disponível em: <https://bdpi.usp.br/item/002854247>

GERBAUDO, Paolo

2018 “Social media and populism: an elective affinity?” *Media, Culture & Society*, v. 40, n. 5, p. 1-9. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0163443718772192>

GIBSON, James

1986 “The theory of affordances”. In: GIBSON, James. *The ecological approach to visual perception*. New Jersey, Lawrence Erlbaum, p. 127-137.

HARAWAY, Donna

2016 *Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene*. Durham e Londres, Duke.

HARDING, Susan

1991 “Representing fundamentalism: the problem of the repugnant cultural other”. *Social Research*, v. 58, n. 2, p. 373-393.
Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40970650>

HARSIN, Jayson

2015 “Regimes of posttruth, postpolitics, and attention economies”. *Communication, Culture & Critique*, v. 8, n. 2, p. 1-7. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/cccr.12097>

KALIL, Isabela et al.

2018 Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro. [Relatório] Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, outubro de 2018. Disponível em : <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>

KANTOROWICZ, Ernst

1998 *Os dois corpos do rei: um estudo sobre a teologia política medieval*. São Paulo, Companhia das Letras.

KUHN, Thomas

2006 *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, Perspectiva.

LACLAU, Ernesto

2005 *On populist reason*. Londres: Verso.

LATOUR, Bruno e WOOLGAR, Steve

1997 *Vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

LEINER, Piero e DOMENICI, Thiago

2019 “Caminho de Bolsonaro ao poder seguiu ‘lógica da guerra’, diz antropólogo que estuda militares”. *Pública*, 11 abr. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/04/caminho-de-bolsonaro-ao-poder-seguiu-logica-da-guerra-diz-antropologo-que-estuda-militares/>

LUCIANI, José A. Kelly

2016 *Sobre a anti-mestiçagem*. Desterro, Cultura e Barbárie.

LUHMANN, Niklas

1995 *Social systems*. Stanford, Stanford University Press.

LUHRMANN, Tania

2016 “The paradox of Donald Trump’s appeal”. *Sapiens*, 29 jul. 2016. Disponível em: <https://www.sapiens.org/culture/mary-douglas-donald-trump/>

MALINI, Fábio

2017 “Um método perspectivista de análise de rede social: cartografando territórios e tempos na rede”. In: ZENTTI, D. e REIS, R. (orgs.), *Comunicação e territorialidade: poder e cultura, redes e mídia*. Vitória, EDUFES, p. 83-106.

MALY, Ico

2018 “Populism as a mediatized communicative relation: The birth of algorithmic populism”. *Tilburg Papers in Cultural Studies*, n. 213, 2018.

MAZZARELLA, William

2019 “The anthropology of populism: beyond the liberal settlement?” *Annual Review of Anthropology*, v. 48, p. 45-60. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-anthro-102218-011412>

MIROWSKI, Phillip

2019 “Hell is truth seen too late”. *Boundary 2*, v. 46, n. 1, p. 1-53. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/boundary-2/article/46/1/1/137342/Hell-Is-Truth-Seen-Too-Late>

MOUFFE, Chantal

2000 *The democratic paradox*. Londres, Verso.

NAGLE, Angela

2017 *Kill all normies: online culture wars from 4chan and Tumblr to Trump and the alt-Right*. Londres, Zero Books.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana e SCALCO, Lucia

2018 “Da esperança ao ódio: juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo”. *Cadernos IHU Ideias*, v. 16, n. 278, p. 2-13. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/278cadernosihuideias.pdf>

ROCHA, Camila

2018 “O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância?” In: GALLEGO, Esther Solano (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo, Boitempo.

SANTOS, João Guilherme et al.

2019 “WhatsApp, política mobile e desinformação: a hidra nas eleições presidenciais de 2018”. *Comunicação & Sociedade*, v. 41, n. 2, p. 307-334.

SAPIR, Edward

2012 “Cultura: autêntica e espúria”. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, n. 4, p. 35-60.

STRATHERN, Marilyn

1991 *Partial connections*. Maryland, Rowman & Little.

STRUM, Shirley e LATOUR, Bruno

1987 “Redefining the social link: from baboons to humans”. *Social Science Information*, v. 26, n. 4, p. 783-802. Disponível em : <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/053901887026004004>

TARDE, Gabriel

2000 *As leis da imitação*. Porto, Rés Editora.

TURNER, Victor

1974 “Liminaridade e ‘communitas’”. In: TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis: Vozes.

TSING, Anna

2015 *The mushroom at the end of the world: on the possibility of life in capitalist ruins*. Princeton, Princeton University Press.

VILELA, Pedro Rafael

2019 Bolsonaro critica decisão do STF de criminalizar homofobia. *Agência Brasil*, 14 jun. 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-06/bolsonaro-critica-decisao-do-stf-de-criminalizar-homofobia>

WACQUANT, Loic

2009 *Punishing the poor: the neoliberal government of social insecurity*. Durham, Duke University Press.

WAGNER, Roy

2011 “A pessoa fractal”. *Ponto Urbe*, vol. 8, pp. 1-14. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/126611797/WAGNER-A-Pessoa-Fractal>

WAISBORD, Silvio

2018 “The elective affinity between post-truth communication and populist politics”. *Communication Research and Practice*, v. 4, n. 1, p. 17-34. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/22041451.2018.1428928>

Recebido em 4 de setembro de 2019. Aceito em 17 de outubro de 2019.